

Lisboa. Das longas permanências demográficas à diversidade social*¹

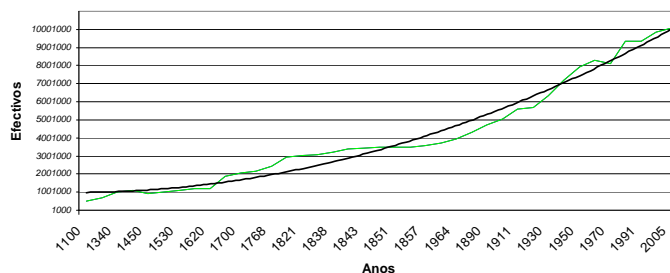
Teresa Rodrigues

trodrigues@fcsb.unl.pt

Departamento de Estudos Políticos - FCSH-UNL)

Esta conferência foi estruturada em torno de três objectivos. O primeiro visava situar a cidade de Lisboa no contexto da rede urbana nacional, sublinhando numa segunda parte o que nos parece um facto incontornável, ou seja, o fenómeno de dominação demográfica da capital do Império. Na terceira e última parte enunciamos alguns aspectos que do quotidiano da cidade, exemplo da relação difícil entre crescimento urbano, migrações e mortalidade, acrescida nas sociedades do passado pela vulnerabilidade humana face às condições ambientais. Os breves apontamentos que aqui deixamos não têm a pretensão de ser produtos acabados, mas tão só desejamos contribuir para um maior conhecimento sobre a história da cidade. Como sempre acontece, a investigação nestas áreas apresenta uma profunda dependência relativamente às fontes existentes e “utilizáveis”, o que torna necessário, no caso específico da história da população recorrer a metodologias específicas da ciência demográfica e a uma análise cuidada e crítica da qualidade dos dados. Não obstante, o grau de rigor das conclusões aumenta à medida que nos aproximamos da actualidade.

Figura 1. A População Portuguesa (tendências longas: 1100 - 2005)



¹ Conferência realizada com informação parcialmente obtida no âmbito da disseminação dos resultados do Projecto POCI/DEM/57987/2004 *História da População Portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade*, projecto financiado pela FCT (2006-2008), de que a autora é Coordenadora Responsável.

A vitalidade urbana reflecte o dinamismo da população portuguesa, numa perspectiva longa. A rede de cidades e vilas nos primeiros tempos da modernidade era semelhante à medieva, em número e no que respeita as formas de utilização e vivência do espaço. O crescimento urbano caracteriza sob muitos aspectos o final da Idade Média em Portugal, num ritmo que tende a acentuar-se até meados do século XVI. A informação estimada sobre o total de residentes em Portugal permite distinguir regiões ganhadoras e perdedoras, como se infere do cálculo dos índices de concentração por província. As perdedoras são o Algarve e sobretudo Trás-os-Montes; as beneficiadas, o Entre Douro e Minho e a Estremadura, esta última quase só devido ao crescimento de Lisboa.

O numeramento de 1527-1532 fornece uma visão global e comparativa dos principais núcleos existentes, permitindo reconstituir a rede urbana do Portugal moderno. Confirma também as diferentes tradições urbanas do Norte e Sul do Reino, com pólos de grande desenvolvimento localizados junto ao vale do Tejo, no Alentejo, sobretudo na sua parte interior, e no Algarve, ao longo da faixa litoral. Cada cidade ou vila era circundada por grandes espaços vazios, situação diversa da realidade vivida a norte do Tejo. Uma vez ultrapassada uma fase longa de escasso desenvolvimento urbano, o crescimento acentua-se na 2ª metade de Setecentos e parece ter privilegiado os núcleos populacionais do litoral. Esse processo favoreceu primeiro a faixa litoral norte, na sequência da intensificação dos tratos com o continente americano, em seguida estendeu-se ao demais território e em breve pareceu privilegiar as regiões centro e sul de Portugal. Ao iniciar-se o século XIX, o Reino continuava dividido em dois: na parte norte a população concentrava-se em pequenas aldeias e vilas, enquanto a sul as formas de ocupação do solo eram mais concentradas, destacando-se algumas cidades de relativa dimensão e sobretudo Lisboa, de longe a maior cidade portuguesa. A partir dos anos 60 do século XIX aumentam as diferenças internas, pautadas a nível regional pelas dicotomias norte/sul e litoral/interior,

mau grado a existência de pólos isolados no interior, manifestação clara do impacto positivo originado pelo processo de desenvolvimento industrial.²

A timidez do crescimento urbano caracterizou os anos da modernidade e manter-se-á para além dele.³ Ao longo da sua história Portugal mantém-se um país com poucas cidades grandes e sem cidades de média dimensão e a percentagem de população urbana não se altera entre 1527 e 1800. A industrialização, o crescimento urbano e a emigração constituem os vectores explicativos das dinâmicas de crescimento demográfico das gentes portuguesas no século XIX e XX. Nos últimos 150 anos as populações urbanas crescem mais que as rurais, sobretudo nas zonas economicamente mais activas. Apesar da recuperação de final do século XIX, Portugal continuava a ser um país de vilas e aldeias, mais do que de verdadeiras cidades. Mas, ao contrário do que poderíamos esperar, a falta de uma "armadura urbana", que já alguns autores denunciam em relação ao século XVI, viu-se ainda agravada nos dois últimos séculos, devido à incapacidade de desenvolvimento populacional manifestada pela generalidade das cidades e vilas do País, com excepção de Lisboa e Porto.⁴

A bicefalia Lisboa – Porto remonta pelo menos ao início de Oitocentos e coincidiu com uma bipolarização económica, sustentada pelo eixo que ligava as duas cidades, cuja importância se acentuará ao longo desse século. No entanto, a liderança da capital e da sua área envolvente tornou-se indiscutível, pelo menos na óptica estritamente demográfica.⁵ Em 1800, por cada 4 residentes em Lisboa existia 1 no Porto. A Invicta correspondia em 1801 a 27% da população da capital, que rondava então as 165 mil almas. O crescimento da capital foi pouco significativo até meados da década de 60, tendo a partir daí registado uma recuperação, gradual até aos anos 80 e

² BAPTISTA, Luís e RODRIGUES, Teresa, 1995 - "Dinâmica Populacional e Densificação Urbana: o município de Lisboa nos séculos XIX e XX", *1º Colóquio Temático O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, 85-104.

³ GODINHO, Vitorino Magalhães, 1980 - *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ªed., Arcádia, Lisboa: 38 e segs.; MOREIRA, RODRIGUES, HENRIQUES, 2007. "O Sistema Urbano Português. Novas Realidades", VIII Congresso de la Asociación de Demografía Histórica, Maó, Menorca (<http://www.adeh.org/menorca07/sesiones.html/?dedonde=c2007&nsesio=20>)

⁴ BAPTISTA, Luís (1994), "Dominação demográfica no contexto do século XX português", *Sociologia. Problemas e Práticas*, Lisboa, nº15: 54.

⁵ Década em que os ritmos de crescimento anual médio do Porto e de Lisboa se fixaram em 2,3 e 2,4%, respectivamente. (FERREIRA, Olegário e RODRIGUES, Teresa, 1993 - "As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX - características da sua evolução demográfica: 1864-1930", *Revista de História*, XII, JNICT, Centro de História da Universidade do Porto, Porto: 303).

muito rápida em seguida, o que fez com que mais de metade dos recenseados no distrito fossem de facto residentes na cidade de Lisboa. Os dois grandes centros divergiam na densidade, na forma de distribuição no espaço e no que respeita à composição dos agregados familiares, mais alargados a norte.⁶ No Porto nascia-se mais, morria-se mais e casava-se mais. Em Lisboa os níveis foram sempre inferiores e os saldos naturais eram já negativos a terminar XIX.⁷ No que respeita à estrutura populacional, ou seja, à repartição por sexos e em grupos etários dos residentes, as diferenças eram também significativas e permitem explicar parte das diferenças encontradas nas Taxas Brutas de Natalidade, Mortalidade e Nupcialidade. O Porto apresenta uma enorme estabilidade em termos de distribuição etária e por sexos. Lisboa tem características diferentes e a configuração da pirâmide etária já em meados de XIX é diferente de qualquer outra que possamos encontrar na época. A imigração baixava a percentagem dos jovens e aumentava a de idosos.⁸ À data do primeiro censo, 7,4% dos arrolados tinham mais de 60 anos, em meados da centúria 9,5% e apenas 7,8% em 1900. Para os jovens as % eram nas mesmas datas 29 e 26.⁹

O aumento relativo da população urbana portuguesa, quando comparado com a rural foi feito nos últimos dois séculos à custa desses dois grandes centros, que lideraram o processo de desenvolvimento económico das zonas norte e sul. Ao terminar Oitocentos, neles se encontrava 10,4% da população e 65,3% dos residentes em cidades. A bicefalia remonta pelo menos ao início de Oitocentos e coincidiu com a bipolarização económica nacional, sustentada pelo eixo que ligava as duas cidades, cuja importância se acentuará até à actualidade.¹⁰

⁶ FERREIRA, Olegário e RODRIGUES, Teresa, 1993 - "As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX - características da sua evolução demográfica : 1864-1930", Revista de História, XII, JNICT, Centro de História da Universidade do Porto, Porto: 303 e segs.

⁷ RODRIGUES, Teresa, 1996 - "Um caso de mortalidade diferencial urbana - a Lisboa dos séculos XVI a XIX", in *Revista da FCSH*, 9, Lisboa, 391-401

⁸ A qualidade dos recenseamentos piora a nível concelhio. Os resultados do Índice Combinado das Nações Unidas para os concelhos, nos quais se nota uma melhoria gradual (FERREIRA, Olegário e RODRIGUES, Teresa, 1993 - "As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX - características da sua evolução demográfica: 1864-1930", Revista de História, XII, JNICT, Centro de História da Universidade do Porto, Porto: 302).

⁹ O efeito das migrações internas terá alterado as formas esperadas de crescimento populacional, sendo incorrecto atribuir esse peso reduzido à precoce descida dos níveis da natalidade.

¹⁰ JUSTINO, David, 1989 - *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*, Vega, Lisboa, vol.II: 366.

Tabela 1. Crescimento diferenciado da população portuguesa e da residente nos principais centros urbanos (taxa de crescimento anual médio em %)

	Pop.Total	+ 20000	sLx e Porto	Lisboa	Porto
1890-1900	0.75	1.71	0.50	1.72	1.92
1900-1911	0.86	2.25	10.93	1.89	1.32
1911-1920	0.14	0.36	-8.40	1.29	0.51
1920-1930	1.24	2.77	14.53	2.02	1.35
1930-1940	1.24	1.94	3.89	1.61	1.22
1940-1950	0.89	1.85	5.97	1.21	0.71
1950-1960	0.48	1.36	4.16	2.40	0.76
1960-1970	-0.21	1.12	3.85	-0.54	-0.06
1970-1981	1.29	2.44	4.90	0.56	0.80
1981-1991	0.03	0.51	2.24	-1.95	-0.79
1991-2001	0.47	1.89	3.72	- 1.61	- 1.39

Fonte: III^o a XIV^o Recenseamento Geral da População Portuguesa

De capital do Império a líder da Área Metropolitana

Lisboa é a cidade portuguesa para que possuímos maior informação ao longo dos séculos, em termos demográficos e de vivências quotidianas.¹¹ Sabemos que no século XII era tão populosa quanto Coimbra, Braga, Évora e Silves, mas a terminar o século XIV seria 4 a 5 vezes superior em população a qualquer delas. Possuía então uns 35 mil residentes, volume que terá continuado a subir. A concentração do casario, pontilhado de edifícios imponentes impressionava os que aí chegavam. Em 1528 "em Lisboa dificilmente se acharam casa onde não pousem muitos moradores... O número de andares e inquilinos era tamanho que estes não se conheciam, nem de cara nem de nome", facto impressionante, mesmo para um homem cosmopolita. À medida que a população aumenta, os espaços vazios no centro funcional vão sendo preenchidos por casas maiores e luxuosas, bem como as zonas altas mais salubres.¹² A dimensão da cidade exigia soluções de administração quotidiana, difíceis de concretizar, persistindo alguns problemas, como o da insegurança das ruas, a dificuldade de circulação, a

¹¹ RODRIGUES, Teresa, 1990 - *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Liv. Horizonte, Lisboa: 39-64; RODRIGUES, Teresa, 1994 - "Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX", *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13, Lisboa, 95-117.

¹² SANTOS, Piedade Braga e RODRIGUES, Teresa, 1998 - "Poder central e poder local, um caso de conflito", *Ler História*, 34, Lisboa: 16-20.

falta de uma rede de água e esgotos. Lisboa era uma cidade violenta.¹³ Ninguém saía de casa sem arma, mas mesmo assim andar pelas ruas à noite era perigoso. À medida que a cidade aumenta em população e superfície, torna-se mais perigosa. A falta de rede de esgotos e os hábitos de higiene colectiva e privada dos habitantes era outro problema a que as autoridades locais responsáveis tentavam sem sucesso dar resposta. A vida era precária e temia-se o deflagrar de surtos epidémicos. Comentava-se com estranheza o carácter relativamente benigno dos inúmeros focos de doenças, pouco expressivos em termos de baixas humanas, face às condições em que vivia a esmagadora parte dos residentes. Outro problema decorria da inexistência de redes de escoamento dos lixos e abastecimento de água. Esta última era cara e escasseava sobretudo nos meses quentes. Raras eram as casas com fontanários e a água era vendida a preços superiores aos praticados noutras cidades europeias.¹⁴ As ruas eram na sua maioria estreitas, húmidas e raramente varridas e nelas se lançavam todas as imundícies, "devoradas prontamente por milhares de cães vadios."¹⁵ Só quando chovia a inclinação das ruas levava o lixo para o rio. A parte baixa da cidade inundava e as ruas transformavam-se em lamaçais.¹⁶ As casas "tapavam o céu" com os seus cinco e seis pisos e nelas nunca entrava o sol, o que as tornava extremamente insalubres. A qualidade de construção era má, sobretudo em bairros populares, como Alfama ou Mouraria. Grades exteriores de madeira faziam as vezes de vidraças. O tecto e as paredes não isolavam os ocupantes do frio e do calor.

¹³ Como testemunha no século XVI Duarte Nunes de Leão, a propósito "dos moços perdidos e patifes que a Lisboa, como a mata grande, vêm parar de todo o Reino." (LEÃO, Duarte Nunes de, 1610)

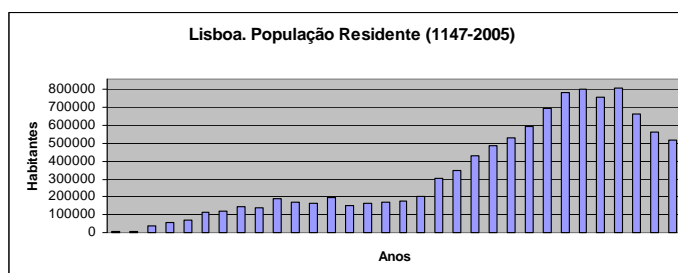
¹⁴ Vinte vezes mais cara que em Londres e quarenta vezes mais que em Paris Os preços subiam ainda mais nas épocas de seca, especulação que só parcialmente as autoridades conseguiam debelar mediante a publicação de tabelas com preços que nunca eram respeitadas. Aos galegos cabia por tradição esse transporte. (CHANTAL, Suzanne, s./d. - *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Ed.Livros do Brasil: 250-251.)

¹⁵ CHANTAL, Suzanne, s./d. - *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Ed.Livros do Brasil: 308.

¹⁶ CHANTAL, Suzanne, s./d. - *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terramoto*, Lisboa, Ed.Livros do Brasil: 243.

Anos	Total
1147	5000
1250	5000
1340	35000
1415	55000
1528	70000
1551	114969
1590	120000
1620	143608
1700	140136
1755	191052
1801	169506
1815	163651
1821	195630
1840	154861
1853	166539
1857	169078
1864	178936
1878	202048
1890	301643
1900	350919
1911	431738
1920	484664
1925	529524
1930	591939
1940	694389
1950	783226
1960	802230
1970	760150
1981	807937
1991	663394
2001	564657
2005	519795

Tabela 2. A população de Lisboa (séculos XII-XXI)



Com cerca de 7,8Km², Lisboa era efectivamente a mais povoada das cidades portuguesas. É fácil analisar as tendências de crescimento geral e por freguesia. Entre 1528 e finais do século XVII a população duplica.¹⁷ Para 1551, 1620 e finais de Seiscentos podemos comparar os totais de fogos e a população maior de 7 anos por paróquia, excluindo estrangeiros e viajantes¹⁸, mas contabilizando os eclesiásticos.¹⁹ O aumento foi contínuo até final do 1º quartel de Seiscentos. A década de 40 marca o fundo da depressão que caracterizara os anos anteriores, acompanhada pela diminuição dos saldos fisiológicos, dado o aumento da mortalidade e a redução do total de nascimentos, testemunhada nas referências a fogos devolutos ou vazios. Só terminada a guerra em início de 60 a cidade recupera. Tudo parece indicar que a 2ª metade do século se limitou a repor

¹⁷ RODRIGUES, Teresa, 1988 - *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, FCSH/ UNL, Lisboa: 68.

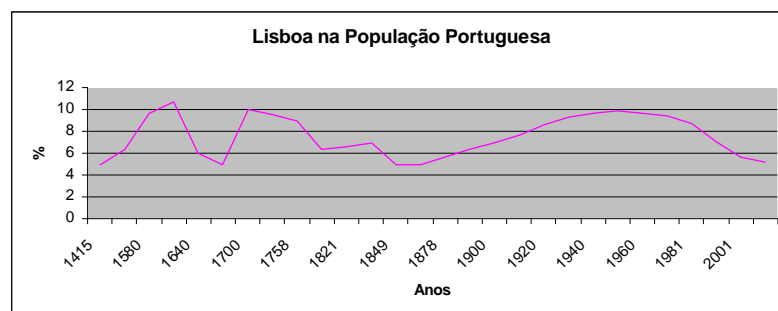
¹⁸ Num montante que não excederia os 7 milhares. (RODRIGUES, Teresa, 1990 - *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Liv. Horizonte, Lisboa: 55).

¹⁹ Seguimos a ordem dada por OLIVEIRA, Christovam Rodrigues de, 1938 - *Summario em q Brevemente se Contem algumas cousas assim Ecclesiasticas, como Seculares, que há na Cidade de Lisboa*, 3ª ed., Bblon, Lisboa, juntando às freguesias originais as posteriormente delas desmembradas, que surgem assinaladas. Incluímos as informações sobre as freguesias do termo sempre que os autores as referenciam. A população menor de 7 anos foi estimada, de acordo com critérios já explicitados in RODRIGUES, Teresa, 1988 - *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, FCSH/ UNL, Lisboa: 65, o que corresponde, de acordo com as nossas estimativas a cerca de 17,64% face ao total.

os efectivos perdidos, como se infere das taxas de crescimento anual médio estimadas em 0,75% entre 1528 e 1590, em 0,33% desse ano a 1620, diminuindo até 1642 (-0,65%), para recuperar 0,11% em média até 1700.²⁰ Ao todo, a população urbana mais que triplicou entre 1528 e 1755, embora com ritmos diferentes. Tratou-se, no entanto, de um crescimento lento, se excluirmos a primeira metade do século XVI, que decorreu com flutuações acentuadas, segundo as várias zonas da cidade. No século XVIII o crescimento da cidade foi rápido, uma vez ultrapassada a recessão das três primeiras décadas. O aumento terá sido em média de 1,23% ao ano até 1755, ano em que o Terramoto terá feito diminuir em 12 pontos percentuais a população residente. Entre essa data e os anos 80 retoma-se a tendência positiva, que permite obter em 1801 total idêntico ao verificado em 1730-1740. Nas duas últimas décadas a cidade terá aumentado ao ritmo de 1,2%, que se acentua no século XIX e XX. Nos últimos 130 anos a capital sofre uma excepcional situação em termos demográficos: primeiro como pólo isolado, depois como centro de uma grande área, o que explica a sua diminuição. A lógica de funcionalidade é alterada, mas esta é uma realidade da 2ª metade do século XX.

Anos	Portugal	Lisboa
1415		
1528	0,01	2,14
1580	0,8	0,96
1620	0	0,56
1640	-1,89	-0,48
1660	0,05	
1700	0,43	0,12
1732	-0,2	
1758	0,49	0,54
1801	0,42	0,43
1821	0,19	0,26
1835	0,08	0,36
1849	0,79	-1,01
1864	0,89	0,88
1878	0,66	1,69
1890	0,76	1,88
1900	0,67	1,56
1911	0,86	1,89
1920	0,14	1,29
1930	1,24	2,02
1940	1,24	1,61
1950	0,89	1,21
1960	0,48	0,24
1970	-0,21	-0,54
1981	1,29	0,56
1991	0,03	-1,95
2001	0,45	-1,6
2005	0,43	-2,05

Tabela 3. A população de Lisboa e o total de residentes em Portugal (séculos XII-XXI). Percentagem e Ritmos de Crescimento



²⁰ RODRIGUES, Teresa, 1988 - *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, FCSH/UNL, Lisboa: 87.

A relação difícil entre crescimento, migrações e saúde

O crescimento demográfico traduziu-se no aumento das densidades, o que foi conseguido pelo acréscimo do número médio de pisos dos prédios nas zonas centrais e pela redução de espaços vazios nas freguesias dispostas em anel em torno do centro funcional. No século XVI cerca de 63,9% da cidade apresenta taxas de ocupação humana inferiores a 300 hab/hm², mas 27,8% situavam-se acima dos 600, o que é francamente elevado. Este fenómeno provocou a diminuição dos espaços vazios e o *empurrar* das superfícies de cultivo para zonas mais periféricas. Poucas serão as alterações até finais do século XVIII, embora se esbatam as diferenças de densidade paroquial.²¹ Ao terminar Quinhentos o núcleo primitivo estava quase saturado e irá estagnar ou decrescer ao longo do século XVII, enquanto outras freguesias, como os Anjos, Santana e São José, situados nos limites da urbe começaram a captar os excedentes humanos, fenómeno que se intensificou quando foi retomado o processo de aumento populacional em Setecentos. Mesmo em fases de maior instabilidade, os fogos de dimensões superiores localizavam-se nas freguesias nobres e ricas da Baixa, devido ao número de criados e escravos que serviam as famílias aí instaladas, embora estes fossem dos bairros mais afectados pelas conjunturas desfavoráveis que marcam grande parte do século XVII e princípios do seguinte.²²

É possível detectar vários períodos diferenciados, acompanhados por uma redistribuição das gentes no espaço urbano. Torna-se possível contrapor ao ritmo lento que caracteriza as freguesias situadas em torno do núcleo primitivo de povoamento, o ritmo sensivelmente superior das zonas abertas nos limites ocidental e oriental. A área delimitada pela cerca moura, bem como as freguesias mais antigas que gravitavam à sua volta manifestavam menor capacidade de expansão. Sendo em meados do século XVI os locais de maior densidade populacional, desde logo se viram confrontados com um bloqueio físico. As freguesias entalavam-se umas às

²¹ RODRIGUES, Teresa, 1988 - *As Crises de Mortalidade em Lisboa (séculos XVI e XVII)*, FCSH/UNL, Lisboa: 91-94.

²²Com efeito, poucas serão as alterações verificadas a este nível até finais do século XVIII, porque também aqui as mudanças se inscrevem num processo de longa duração. (SANTOS, Piedade Braga e RODRIGUES, Teresa, 1998 – “Poder central e poder local, um caso de conflito”, *Ler História*, 34, Lisboa).

outras, pelo que qualquer aumento do número de residentes só poderia ser feito em altura ou através do aumento dos níveis de ocupação de cada fogo. Em breve estas áreas atingem uma saturação populacional difícil de solucionar, pelo que, regra geral, estabilizaram ou decresceram. Situações diversas experimentaram as freguesias dinâmicas extramuros. Mais recentes, elas tiveram origem em pequenos núcleos habitacionais densos, muitas vezes aldeias, na fronteira com a freguesia que lhe dera origem e daí irradiaram, criando a sua própria área de influência, mais tarde sancionada por direito. Eram espaços mais extensos e menos povoados, o que contribuiu para as tornar receptáculos preferenciais dos excedentes dos bairros muito concentrados. Nestes casos, a proximidade em relação ao núcleo funcional urbano mostrou-se determinante, uma vez que factores diversos, relacionados com o relevo, as vias de comunicação e os eixos económicos, condicionaram a facilidade de integração no espaço urbano de determinadas áreas, enquanto impuseram a outras um relativo isolamento. Estiveram neste último caso a Ameixoeira e toda a área compreendida por Benfica, Carnide e Lumiar.

As tendências enunciadas mantiveram-se praticamente estáveis até meados de Setecentos. Entre 1551 e 1755 assistimos à estabilização ou mesmo descida do total de residentes na superfície definida pela cerca moura e zona da Ribeira. Situação bastante diversa da mancha que compreende as freguesias de Santa Engrácia e Santo André (Graça), a oriente, e o Loreto, Santa Catarina, Mercês e Santos, para ocidente, com taxas de crescimento anual médio sempre superior a 0,5%. Estas áreas eram secundadas pelas freguesias criadas a partir de Santa Justa. O crescimento populacional da cidade moderna tendeu a acentuar-se nas freguesias pertencentes à faixa de transição entre o núcleo urbano e o termo. Entre 1620 e 1755 todas elas registaram acréscimos superiores a 50%. No termo próximo a evolução de cada zona dependeu das condições geográficas e da forma como conseguiu incorporar-se na vivência quotidiana da cidade. Neste ponto foi nítida a diferença com que evoluíram as aldeias a bairros com saída para o rio e as zonas mais isoladas no interior. Às maiores superfícies correspondia invariavelmente menor concentração humana, embora com aumentos sucessivos. Em meados de XVI era muito nítido o contraste entre o

núcleo muito concentrado, ao qual sucediam áreas escassamente povoadas, apenas se transpunha a cerca fernandina. Cerca de 70 anos depois tivera início um processo lento de transferência de efectivos do centro em favor das freguesias imediatamente vizinhas. Os bairros residenciais nas freguesias do Loreto e de Santa Catarina emergem então como uma espécie de segundo núcleo. Os dados de 1620, mais pormenorizados, testemunham as profundas diferenças que separam as paróquias de povoamento original das delas desmembradas.²³ Quando chegamos a meados de Setecentos, o aumento populacional levava ao preenchimento dos espaços ainda vazios, o que explica a tendência de nivelamento dos índices de ocupação do solo. Era manifesta a diferença entre centro urbano e os espaços semi rurais e rurais, onde a ocupação era inferior aos 0,1 hab/km².

Tabela 4. Densidade populacional em Lisboa, por freguesias (1801-1900) (hab/ha)

Anos	Cidade	Freg.urbanas
1801	48	70
1821	51	77
1840	51	85
1853	62	76
1857	63	77
1864	67	82
1878	76	93
1890	38	113
1900	42	130

Fonte: *IIIº e IVº Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, Vol.I*

De acordo com o censo de 1801, Lisboa contava pouco menos de 170 mil habitantes distribuídos por 44 mil fogos. Um século mais tarde esses valores fixavam-se em 351 e 78 mil respectivamente, o que traduz um crescimento secular de 75,9% dos residentes e 76,6% dos fogos.²⁴ Trata-se de um aumento ligeiramente superior ao do país, embora tenha acompanhado as suas tendências de crescimento. Mas o seu carácter atractivo permitiu uma recuperação rápida, apenas foram criadas condições de estabilidade política e sobretudo económica. Foi nítido o contraste entre a 1ª metade do século que se prolongou até 1857, curiosamente coincidindo

²³ Santa Justa, Santo Estêvão e os Mártires distinguem-se das densidades ainda baixas que caracterizam as freguesias do Socorro, dos Anjos, de São Sebastião, de São José, Santana, Santa Engrácia, São Paulo e Santos.

²⁴ RODRIGUES, Teresa, 1994 - "Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do Século XX", in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 13, Lisboa, 95-117. As conclusões devem ter em conta as alterações introduzidas nos limites urbanos a partir dos anos 50. Para evitar os erros na comparação consideramos apenas os casos em que possuímos informações por freguesia. Assim, será a evolução das 38 freguesias urbanas que passa a constituir o núcleo básico do presente capítulo.

com o último grande surto epidémico ocorrido na capital, a que sucedeu uma subida moderada, embora crescente, até 1878. A partir desse ano, a cidade aumentou rapidamente. Só na 2ª metade de XIX os fogos cresceram 70% e a população 74%, embora internamente o aumento estivesse longe de homogéneo.

Os níveis de densidade condicionam nas sociedades do passado a qualidade de vida.²⁵ Ao longo do século XIX e XX esbateram-se as diferenças internas nas formas de viver a cidade, inclusivamente pelo esforço de criar bairros novos na periferia. Os valores médios urbanos encontravam-se no núcleo delimitado pela Cerca Moura e algumas freguesias da Baixa Pombalina; em zonas semi-periféricas, como a Pena e os Anjos (até meados da Centúria); ou ainda em áreas ribeirinhas afastadas do eixo funcional. Durante o século XIX popularizaram-se algumas freguesias do centro e degrada-se o nível de vida em áreas populares e periféricas, enquanto a Baixa se esvazia. Os resultados obtidos no termo permitem identificar os dois eixos de crescimento da cidade "fora de portas", base da evolução da capital no século XX: Olivais, a oriente, Campo Grande e Lumiar, para norte.²⁶ Quando a cidade não crescia em termos oficiais, fazia-o a partir do preenchimento de espaços vazios. Existe uma correlação positiva entre o ritmo de aumento de fogos e número de habitantes, explicados por diferentes formas de utilização do solo urbano.²⁷ Alguns bairros estavam urbanisticamente terminados, pelo que o número de fogos se manteve, mesmo quando sobe a população residente, o que traduz um agravamento das condições de existência. O número de efectivos decresceu ou estagnou em zonas outrora residenciais, como aconteceu na Baixa Pombalina, devido à terciarização do espaço. Mas em geral a subida de ambos foi uniforme, permitida e fomentada pela contínua chegada de imigrantes e a possibilidade de colmatar vazios ainda existentes.

²⁵ A densidade populacional consiste na divisão do total de habitantes em determinada unidade pela superfície dessa mesma unidade em km² ou ha (NAZARETH, J. Manuel, 1988 - *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Presença, Lisboa: 167).

²⁶ Cf. FERREIRA, Vitor Matias, 1987 - *A Cidade de Lisboa: de capital do Império a Centro da Metrópole*, Dom Quixote, Lisboa

²⁷ No nosso caso: $r_s = + 0,76123$. Para testarmos o significado dos resultados servimo-nos de uma tabela em que os Graus de Liberdade são iguais a N, ou seja o número de observações. Neste caso (N = 32) a tabela admite um resultado de 0,364 a 5% de erro e 0,478 a 1% de erro. Logo, o coeficiente de correlação é significativo a 1% de erro. (NAZARETH, J. Manuel, 1985 - *Introdução aos Métodos Quantitativos Para as Ciências Humanas e Sociais*, Presença, Lisboa: 68 - 70)

Tabela 5. Dimensão média dos fogos da cidade de Lisboa (1801-1900)

Anos	Cidade	Freg.urbanas
1801	3,8	3,9
1821	3,8	4,1
1853	3,7	3,7
1857	3,6	3,6
1864	4,2	4,2
1878	4,5	4,1
1900	4,5	4,0

Fonte: III^o e IV^o Recenseamentos Gerais da População Portuguesa

Em Lisboa vivia-se em fogos de média dimensão, que sobe progressivamente. A estrutura interna dos fogos simplifica-se e privilegia os de reduzida dimensão, embora sujeita a diferenças relacionadas com as actividades económicas predominantes.²⁸ A percentagem de fogos de pequena dimensão era superior entre os mais pobres, excepto nas freguesias semi-rurais, mas poucos viviam em núcleos com menos de 3 pessoas na recta final de Oitocentos. O crescimento da população urbana traduziu-se no aumento da média de almas por fogo na viragem para o século XX: 1.derivou do ligeiro aumento da esperança de vida e da menor ocorrência de crises de mortalidade, mesmo nas zonas mais pobres; 2.reflectiu a degradação das condições de existência, à medida que aumentava o número de almas em cada núcleo. Aumenta a percentagem dos fogos com mais de 5 ocupantes. De cerca de 11% do total em 1800, eles passam a representar quase 25%. Entre 1864 e 1900, os núcleos com menos de 4 residentes diminuíram até um mínimo de 2%. Fenómeno semelhante ocorreu no escalão superior. Os grupos extremos esvaziaram-se em favor do grupo que contava entre 4 e 5 habitantes.

²⁸ Assim, sempre que em determinada zona estava sedeada uma instituição militar (Castelo, Santiago e Sto.André), religiosa ou de ensino (São Vicente, São Tomé e Sé) os resultados eram mais elevados. O mesmo acontecia nos bairros mais ricos e de comércio, devido aos criados e aprendizes. Outros estudos confirmam esta tendência. CHACÓN, Francisco Ximenez, 1987 - *La familia en la España Mediterranea (siglos XV – XIX)*, Barcelona: 247, aponta para Múrcia a média de 3,4 habitantes por fogo em 1810 e 3,5 em 1829. Em Orihuela, estes resultados eram de 3,0 e 3,5, respectivamente. Ao confrontar os resultados com outras cidades europeias, o autor conclui que nos centros urbanos predomina a estrutura familiar simples e a família nuclear desde o século XVII. Na 1ª metade do século, dificuldades várias fazem aumentar o seu peso e alterar a respectiva composição interna, reflexo da adaptação a novas condições económicas. Os escalões 1 a 4 hab/fogo correspondem a mais de 75% do total.

Tabela 6. Lisboa: tendências migratórias (séculos XIX-XX)

Tendências Migratórias	
1801-1851	reduzido
1851-1890	moderado
1890-1960	intensivo
1960-1981	moderado
1981-2005	reduzido

Ao longo da sua história Lisboa é a única cidade capaz de captar gente de todo o país. O distrito apresenta uma evolução peculiar no contexto nacional. O seu crescimento é suportado pelas migrações, num contexto de saldo natural negativo em várias fases, sobretudo a partir da 2ª metade do século XIX, que coincide com os momentos de maior crescimento total

De nada serve possuir o número global de residentes sem que se consiga identificar os grupos sociais e o indivíduo nos seus quadros quotidianos. Só assim conseguiremos conhecer o pulsar e a dinâmica própria da cidade moderna. De todo o Reino chegavam imigrantes. Vinham sobretudo do Minho, da Beira Interior e do Alentejo, embora fosse também significativo o número de algarvios a partir de finais do século XVI, reflexo da crise sentida localmente. Criados, aprendizes, trabalhadores braçais, vendedeiras, lavadeiras. A mendicidade torna-se uma forma de sobrevivência. Os fluxos migratórios variaram com as vicissitudes de ordem política e económica, com o final do século XV e grande parte do seguinte a marcar o início de uma tendência positiva, que se prolonga até ao primeiro quartel de Seiscentos, reduzindo-se então. As oportunidades oferecidas por Lisboa atraíram também estrangeiros, homens de negócio e viajantes, europeus, africanos e asiáticos. Os europeus eram em maior número e de estatuto superior, sendo a maior comunidade a espanhola, e dentro dela a galega. A população migrante fixava-se em pontos específicos da cidade, aumentando a sua representatividade nos bairros onde era inferior o preço dos arrendamentos. Menos de um terço dos arrolados nas freguesias populares nascera na capital. Nas fases de maior intensidade migratória existiam em Lisboa mais homens que mulheres, apesar do carácter familiar que o fenómeno por vezes assumia. A maioria jovem, muitos com menos de 14 anos, quase todos adultos em idade activa. Mas para muitos a cidade era

apenas um ponto de passagem: do porto saíam para *desvairados destinos*, em volume impossível de contabilizar. Nos séculos XIX e XX 75% do aumento da cidade explica-se pelos saldos migratórios. Mais de metade dos residentes vêm de fora: 52% em 1900, 46,3% em 2001. ²⁹

Tabela 7. Lisboa: naturalidade dos residentes em 1900

<p style="text-align: center;">ANO de 1900 52% nasceram fora 9% vieram de concelhos do distrito 38% de outros distritos 5% de outros países</p>
--

Os movimentos migratórios geram impactos de vária ordem, designadamente ao nível dos comportamentos colectivos e da qualidade de vida local. Em relação ao primeiro aspecto, gostaríamos de sublinhar quatro aspectos exemplares:

1. As migrações alteram a estrutura etária dos residentes de Lisboa: Mesmo com migrações, a população da capital tinha no séc. XIX uma configuração própria de região envelhecida, sobretudo na base, consequência do enorme peso relativo dos activos;
2. A distribuição etária é internamente diversa, correspondendo à intensidade dos fluxos migratórios: Até 1890 é mais jovem nas freguesias populares, onde é maior a intensidade das migrações, e mais velha nas freguesias abastadas do centro; de 1890-1960 mais jovem nas freguesias periféricas da cidade. Depois as migrações são feitas no contexto da AML e não tanto dentro da cidade
3. A cidade apresenta os níveis de fecundidade mais baixos do país: Não é garantida a substituição das gerações desde a 2ª metade de Oitocentos; embora persistam grandes diferenças entre grupos sociais; os níveis de ilegitimidade são mais elevados que a média nacional, tal como as famílias

²⁹ RODRIGUES, Teresa, 1994 - “Os movimentos migratórios em Lisboa. Estimativa e efeitos na estrutura populacional urbana de Oitocentos”, *Ler História*, 26, Lisboa, 45-75

“desinstucionais” e uniões de facto (6% em 1900), bem como maiores as percentagens de celibato e divórcio.

4. Os movimentos migratórios alteraram os níveis de mortalidade: Parte deles directamente causados pelo risco associado à mobilidade e a grupos excluídos e vulneráveis (mendigos, expostos), mas também pela maior incidência de práticas violentas, maior facilidade de contágio e causas de morte diferentes (as cardiovasculares predominam sobre as do aparelho digestivo já no final de XIX). A diferencialidade entre grupos sociais e bairros é significativa e permanece até entrado o séc. XX.

Lisboa era um local onde se nascia e se morria mais cedo e com maior intensidade. Mais de metade das mortes assinaladas na documentação atingiam crianças, principais afectadas na luta travada e sistematicamente perdida do homem com o meio. Nas locais de maior densidade de povoamento a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que se vivia, numa época em que a informação passava oralmente. Nesse sentido, as sobremortalidades causadas por peste no século XVI e por outras doenças contagiosas e mortíferas nas centúrias imediatas (tifo, varíola e febres tifóides), ou acidentes naturais, como os terramotos de 1531 e 1755 são modelares da vulnerabilidade urbana.³⁰

Parece-nos pois, possível concluir que ao longo dos séculos persistem alguns determinantes de saúde urbana, sobre os quais importa reflectir, porque podem ainda continuar a ser efectivas em locais que ainda não conseguiram consolidar a vantagem humana sobre factores de carácter exógeno. Referimo-nos, nomeadamente, às grandes cidades asiáticas e africanas:

1. Existe uma relação entre ritmos de crescimento urbano, aumento da intensidade migratória e subida da mortalidade:

³⁰ RODRIGUES, Teresa, 2000 – “Ser imigrante nas Lisboas Oitocentistas”, Actas do Colóquio EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, dir. Maria João Vaz, Eunice Relvas, Nuno Pinheiro, Celta Ed., Oeiras: 19 – 27.

Tabela 8. Lisboa: Taxa de Crescimento Total e Migratório, Taxa Bruta de Mortalidade (século XIX)

	Crescimento total(%)	Crescimento Migrat.(%)	TBM (%0)
1801-1857	0,0	-0,8	24,9
1857-1864	0,8	-0,1	33,5
1864-1878	0,9	7,9	33,1
1978-1890	3,2	16,8	28,1
1890-1900	1,5	11,0	21,2

2. Existe uma relação entre falta de informação/instrução, rendimentos e esperança média de vida. Desde meados do século XIX as crises de mortalidade atingem quase só a população urbana pobre. E ela continuará a ter a maior % de migrantes. Só a implementação do SNS e instituições diversas de apoio conseguem esbater as diferenças, embora já num contexto metropolitano:

Tabela 9. Lisboa: diferencialidades migratórias (século XIX)

	1801		1900	
	H	M	H	M
Paróquias mais abastadas (Conceição)	44,3	50,0	63,6	67,5
Paróquias populares (Alcântara)	33,9	35,0	40,6	43,5

A cidade desempenha um papel relevante e será a única grande realidade urbana portuguesa, até entrado o século XX, sobretudo se o entendermos numa perspectiva europeia.